

## **2. PROPOSTA DE REGULAMENTO INTERNO SOBRE A PREVENÇÃO DO CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS:**

Submete-se proposta de Regulamento Interno sobre a Prevenção do Consumo de Bebidas Alcoólicas, regulamento esse que aqui se dá como reproduzido e transcrito, vai ser arquivado em pasta anexa ao Livro de Atas, depois de assinado e rubricado por todos os membros presentes na reunião.

Tem parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) Autorização nº 14202/2017.



**BRAGA**  
Município

*À Excm<sup>a</sup> Municipal*  
*1802-01*  
*[Handwritten signature]*

**Documento nº:** I/64/DSJC/2016

**Data Registo:** 04-02-2016

**Assunto:** Proposta de Regulamento Interno Sobre a Prevenção do Consumo de Bebidas Alcoólicas

**Classificador:** 0 - GENÉRICO

**Tipo Documento:** Informação Interna

**Livro:** Documento Interno

**Entidade:**

**Nome/Designação:** Helena Pereira (Dra)

**Endereço:**

**Utilizador:** Graça Ribeiro (Dra)

**Destinatário:** André Cunha (Dr)

**Conhecimentos:**

**Data:** 15-01-2018 13:13:23

**Documento:** I/64/DSJC/2016

Remeter ao Sr. Presidente, c/ menção da emissão da autorização da CNPD, propondo promova a aprovação do regulamento em reunião de câmara.

**Utilizador:** André Cunha (Dr)

**Destinatário:** Graça Ribeiro (Dra)

**Conhecimentos:**

**Data:** 05-01-2018 10:01:41

**Documento:** I/64/DSJC/2016

Por proposta da Sr.<sup>a</sup> Diretora do DRH, foi o presente regulamento sujeito a apreciação do Sr. Presidente, que por despacho de 19.09.2017, autorizou a solicitação do parecer da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD).

Dando cumprimento à autorização, em 30.11.2017, foi solicitada à CNPD o pedido de autorização.

Pelo ofício n.º 39478 de 21.12.2017, a CNPD comunicou o deferimento da autorização, a que atribui o n.º 14202/2017, que se anexa.

A consideração superior.

**Utilizador:** Graça Ribeiro (Dra)

**Destinatário:** André Cunha (Dr)

**Conhecimentos:**

**Data:** 28-09-2017 16:11:57

**Documento:** I/64/DSJC/2016

Concordo. Remeta-se ao Sr. Presidente, a fim de que, querendo, autorize a remessa do presente Regulamento à apreciação da CNPD, nos termos e para os efeitos previstos na Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro (LEI DA PROTECÇÃO DE DADOS PESSOAIS).

**Utilizador:** André Cunha (Dr)

**Destinatário:** Graça Ribeiro (Dra)

**Conhecimentos:**

**Data:** 01-09-2017 11:00:28

**Documento:** I/64/DSJC/2016

Em resposta ao solicitado cumpre-me informar que:

Para complementar a Proposta de Regulamento Interno Sobre a Prevenção do Consumo de Bebidas Alcoólicas, foram auscultados os sindicatos a seguir indicados:

- Sindicato Nacional da Polícia Municipal;
- Sindicato de Técnicos Superiores, Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação – Zona Norte;
- STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local;
- SINTAP – Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública;
- Sindicato Nacional dos Bombeiros Profissionais;
- Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e Entidades com Fins Públicos;
- Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública Norte;

Em resultado desta auscultação apresentaram o seu contributo o STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, o SINTAP - Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública, o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e Entidades com Fins Públicos e o Sindicato Nacional dos Bombeiros Profissionais.

Destes foram acolhidas as propostas a seguir indicadas:

Por proposta do STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, foram inseridas no regulamento as seguintes alterações:

- no n.º 3 do art.º 5 a forma de comunicação ao trabalhador passa a ser por escrito e não verbal;
- foi criado um documento tipo (anexo 4) para a comunicação ao trabalhador;
- no n.º 3 do art.º 11 foram suprimidas as expressões "apercebendo-se ou devendo aperceber-se" pela expressão "tomando conhecimento".

Por proposta do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e Entidades com Fins Públicos foi inserido um novo artigo ao Regulamento com a seguinte redação:

"Art.º 12  
Campanhas Preventivas

"Para aplicação do disposto no presente Regulamento, a Câmara Municipal de Braga promoverá ações e campanhas de informação e sensibilização tendo em vista a prevenção e diminuição de dependências e consequências negativas do consumo excessivo de álcool em meio laboral".

Em face do atrás exposto, remeto em anexo, Regulamento alterado com a integração do contributo dos sindicatos.

À consideração superior.

**Utilizador: Graça Ribeiro (Dra)**

**Destinatário: André Cunha (Dr)**

**Conhecimentos:**

**Teresa Costa (Dra)**

**Isilda Castro (Dra)**

**Data: 27-07-2017 16:12:00**

**Documento: I/64/DSJC/2016**

Verificar com a Teresa Costa se vieram mais contributos dos sindicatos contactados, para além dos já remetidos, que deverão ser relacionados com este GD.

Fazer informação contendo:

1. indicação dos sindicatos auscultados
2. indicação dos contributos recebidos
3. contributos a incorporar, conforme reunião prévia.

**Utilizador: André Cunha (Dr)**

**Destinatário: Graça Ribeiro (Dra)**

**Conhecimentos:**

**Data: 27-06-2017 15:06:31**

**Documento: I/64/DSJC/2016**

Conforme solicitado e depois efetuadas as propostas de alteração, remeto em anexo, versão definitiva da "Proposta do Regulamento Interno sobre Prevenção do Consumo de Bebidas Alcoólicas".

**Utilizador: Graça Ribeiro (Dra)**

**Destinatário: André Cunha (Dr)**

**Conhecimentos:**

**Data: 26-06-2017 11:05:13**

**Documento: I/64/DSJC/2016**

Para alterar cfr proposto

**Utilizador: Miguel Guimarães (Dr)**

**Destinatário: Graça Ribeiro (Dra)**

**Conhecimentos:**

**Data: 09-02-2017 12:22:50**

**Documento: I/64/DSJC/2016**

Remetido via protocolo em 03/02/2017.

Em resultado desta auscultação apresentaram o seu contributo o STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, o SINTAP - Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública, o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e Entidades com Fins Públicos e o Sindicato Nacional dos Bombeiros Profissionais.

Destes foram acolhidas as propostas a seguir indicadas:

Por proposta do STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, foram inseridas no regulamento as seguintes alterações:

- no n.º 3 do art.º 5 a forma de comunicação ao trabalhador passa a ser por escrito e não verbal;
- foi criado um documento tipo (anexo 4) para a comunicação ao trabalhador;
- no n.º 3 do art.º 11 foram suprimidas as expressões "apercebendo-se ou devendo aperceber-se" pela expressão "tomando conhecimento".

Por proposta do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e Entidades com Fins Públicos foi inserido um novo artigo ao Regulamento com a seguinte redação:

"Art.º 12

Campanhas Preventivas

"Para aplicação do disposto no presente Regulamento, a Câmara Municipal de Braga promoverá ações e campanhas de informação e sensibilização tendo em vista a prevenção e diminuição de dependências e consequências negativas do consumo excessivo de álcool em meio laboral".

Em face do atrás exposto, remeto em anexo, Regulamento alterado com a integração do contributo dos sindicatos.

A consideração superior.

Utilizador: Graça Ribeiro (Dra)

Destinatário: André Cunha (Dr)

Conhecimentos:

Teresa Costa (Dra)

Isilda Castro (Dra)

Data: 27-07-2017 16:12:00

Documento: I/64/DSJC/2016

Verificar com a Teresa Costa se vieram mais contributos dos sindicatos contactados, para além dos já remetidos, que deverão ser relacionados com este GD.

Fazer informação contendo:

1. indicação dos sindicatos auscultados
2. indicação dos contributos recebidos
3. contributos a incorporar, conforme reunião prévia.

Utilizador: André Cunha (Dr)

Destinatário: Graça Ribeiro (Dra)

Conhecimentos:

Data: 27-06-2017 15:06:31

Documento: I/64/DSJC/2016

Conforme solicitado e depois efetuadas as propostas de alteração, remeto em anexo, versão definitiva da "Proposta do Regulamento Interno sobre Prevenção do Consumo de Bebidas Alcoólicas".

Utilizador: Graça Ribeiro (Dra)

Destinatário: André Cunha (Dr)

Conhecimentos:

Data: 26-06-2017 11:05:13

Documento: I/64/DSJC/2016

Para alterar cfr proposto

Utilizador: Miguel Guimarães (Dr)

Destinatário: Graça Ribeiro (Dra)

Conhecimentos:

Data: 09-02-2017 12:22:50

Documento: I/64/DSJC/2016

Remetido via protocolo em 03/02/2017.




**CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA**

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS – SEGURANÇA E SAÚDE NO  
TRABALHO**


# **REGULAMENTO INTERNO SOBRE A PREVENÇÃO DO CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS**

**BRAGA 2017**

 <b>BRAGA</b>	<b>REGULAMENTO INTERNO SOBRE A PREVENÇÃO DO CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS</b>		Regulamento Interno
	Ed. /Revisão:		
	Data:		

Considerando que:

- A) Todos os trabalhadores ao serviço do Município de Braga gozam de direitos inalienáveis e constitucionalmente protegidos à reserva da intimidade da vida privada, à sua integridade física e moral, os quais são escrupulosamente respeitados pelo Município de Braga;
- B) Na sequência de um conjunto de ações já implementadas e com o objetivo de promover e educar para a saúde, pretende-se melhorar o bem-estar e a segurança dos trabalhadores da autarquia;
- C) O Município de Braga está permanente e rigorosamente sujeito a estritas regras nos domínios do ambiente e da segurança e saúde no trabalho, com vista à máxima segurança dos seus trabalhadores, dos cidadãos, das instalações e equipamentos;
- D) O consumo excessivo de bebidas alcoólicas afeta a saúde em geral e o desempenho profissional, dada a interferência na atenção e na concentração, contribuindo para o aumento dos riscos de ocorrência de acidentes de serviço;
- E) A Organização Mundial de Saúde estima que o álcool contribua para 25% dos acidentes de trabalho e 60% dos acidentes de trabalho fatais, representando um elevado peso socioeconómico para o indivíduo, para a instituição e para a sociedade em geral;
- F) Com a aplicação do presente Regulamento pretende-se reduzir os riscos de ocorrência de acidentes de trabalho nos trabalhadores que se encontrem particularmente expostos, nomeadamente aqueles que desempenham as suas funções na via pública ou que manuseiam equipamento ou maquinaria perigosa, bem como prover comportamentos saudáveis;
- G) O Município de Braga pretende implementar uma política clara para regular a aquisição e consumo de bebidas alcoólicas durante o horário e no local de trabalho;
- H) A eficácia dos procedimentos previstos neste Regulamento, inseridos numa estratégia pedagógica e preventiva, pressupõem a colaboração e empenho do executivo, dirigentes, trabalhadores e seus órgãos representativos;

	Regulamento Interno	
	Ed. /Revisão:	
	Data:	

## REGULAMENTO INTERNO SOBRE A PREVENÇÃO DO CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS


I) O presente Regulamento constitui um dos instrumentos para aplicação dos seguintes diplomas e disposições legais:

- i) Lei 102/2009, de 10 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho, com as alterações introduzidas pela Lei 42/2012, de 28 de agosto; Lei 3/2014 de 28 de janeiro; Decreto-Lei 88/2015 de 28 de maio; Lei 146/2015 de 09 de setembro e mais recentemente pela Lei 28/2016, de 23 de agosto.
- ii) Lei 35/2014, de 20 de junho, que estabelece a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (doravante designada por LTFP), na redação atualizada.
- iii) Portaria n.º 390/2002, de 11 de abril.

J) O presente regulamento e as regras neles constantes estão sujeitas ao disposto na Lei de Proteção de Dados Pessoais e à Diretiva n.º 95/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Outubro de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.

K) As disposições do presente Regulamento que envolvem o tratamento de dados pessoais foram sujeitas a autorização prévia da Comissão Nacional de Proteção de dados, nos termos da Lei de Proteção de Dados Pessoais.

É aprovado o presente Regulamento, o qual se rege pelos artigos seguintes:

	Regulamento Interno	
	Ed. /Revisão:	
	Data:	

## CAPÍTULO I

### ÂMBITO DE APLICAÇÃO E DISPOSIÇÕES GENÉRICAS

#### Artigo 1.º

##### Âmbito de Aplicação

O Regulamento Interno Sobre a Prevenção e Controlo do Consumo de Bebidas Alcoólicas (adiante designado por Regulamento) aplica-se a todos os trabalhadores da Câmara Municipal de Braga, tem como finalidade contribuir para a saúde, bem estar e segurança de todos os que, independentemente do tipo de vínculo, exercem a sua atividade no Município de Braga.

#### Artigo 2.º


##### Conceitos

Para efeitos do presente Regulamento, considera-se:

- a) "Período de funcionamento" o período diário durante o qual os serviços exercem a sua atividade;
- b) "Tempo de trabalho" qualquer período durante o qual o trabalhador está a desempenhar a atividade ou permanece adstrito à realização da prestação, bem como as interrupções e os intervalos previstos na LTFP.
- c) "Local de trabalho" todo o local onde o trabalhador desempenhe as suas funções, todos os locais de onde ou para onde se deva dirigir de acordo com a sua atividade, bem como todo o local em que esteja sujeito ao controlo dos serviços.

## CAPÍTULO II

### CONSUMO E VENDA DE BEBIDAS ALCOÓLICAS

 <b>BRAGA</b> MUNICIPALIDADE	<b>Regulamento Interno</b>	
	Ed. /Revisão:	
	Data:	

## REGULAMENTO INTERNO SOBRE A PREVENÇÃO DO CONSUMO DE BEBIDAS ALCÓOLICAS

### **Artigo 3.º**

#### **Venda de Bebidas Alcoólicas**

A venda de bebidas alcoólicas é proibida nas instalações da Câmara Municipal de Braga.

### **Artigo 4.º**

#### **Exercício de Funções Sob o Efeito do Álcool**

1. É expressamente proibido a qualquer trabalhador, o exercício de funções sob o efeito de álcool.
2. Considera-se estar sob o efeito do álcool todo o trabalhador que apresentar uma taxa de alcoolemia igual ou superior a 0,5g por litro de sangue.

## **CAPÍTULO III**


### **DA REALIZAÇÃO DE TESTES DE RASTREIO**

### **Artigo 5.º**

#### **Trabalhadores Abrangidos**

1. Poderão ser sujeitos à realização de testes para determinação da Taxa de Álcool no Sangue (adiante designada TAS) os trabalhadores melhor indicados no anexo ao presente regulamento que:

- a) Exerçam as suas funções na via pública, uma vez que se trata de um local de trabalho que, pela sua natureza, colocará os trabalhadores e, consoante a atividade, também os cidadãos, especialmente sujeitos a riscos para integridade física;
- b) No exercício das suas funções tenham de manusear maquinaria ou qualquer instrumento de trabalho, produto, substância ou matéria que implique particulares riscos para a segurança do trabalhador ou de terceiros;

 <b>BRAGA</b>	<b>Regulamento Interno</b>	
	Ed. /Revisão:	
	Data:	

**REGULAMENTO INTERNO SOBRE A PREVENÇÃO DO  
CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS**

c) Tenham acabado de ser intervenientes em acidente de trabalho.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, poderão ainda ser sujeitos à realização de testes para determinação da Taxa de Álcool no Sangue (adiante designada TAS) os trabalhadores que se apresentem no seu local de trabalho revelando sinais evidentes de etilização, colocando em causa o normal funcionamento dos serviços, a sua segurança ou a segurança de terceiros.

3. Para efeitos do disposto no número anterior, e caso entenda que estão reunidos os requisitos aí previstos, o superior hierárquico do trabalhador solicitará ao Departamento de Recursos Humanos que encaminhe o mesmo para determinação da TAS, devendo essa decisão ser notificada por escrito ao trabalhador.

4. Sem prejuízo do disposto no número 1, poderá ainda qualquer trabalhador requerer, de forma livre e espontânea, a sua sujeição ao teste de determinação de TAS, nomeadamente quando entenda que as funções exercidas o justificam.

### **Artigo 6.º**


#### **Da Realização dos Testes**

1. O controlo de alcoolemia efetiva-se através do teste para determinação da TAS, o qual será realizado sob orientação da empresa de medicina no trabalho.

2. Para o efeito, utilizar-se-á um alcoolímetro certificado, que avalia a quantidade de álcool no ar expirado, determinando, por essa via, as gramas de etanol por litro de sangue.

3. A realização do teste é obrigatória para os trabalhadores indicados no n.º 1 e no n.º 2 do artigo 5.º do presente Regulamento, desde que preenchidos os pressupostos aí referidos.

4. Aquando da realização do teste o trabalhador tem a faculdade de solicitar a presença de uma testemunha, que se encontre no local.

	Regulamento Interno	
	Ed. /Revisão:	
	Data:	

**REGULAMENTO INTERNO SOBRE A PREVENÇÃO DO  
CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS**

5. Os testes implicarão obrigatoriamente a máxima discrição, privacidade e seriedade e serão realizados nas instalações da Câmara Municipal de Braga ou em área reservada nos próprios locais de trabalho, a definir por quem realiza o teste.

**Artigo 7.º**

**Boletim de Controlo**

1. Após a realização do teste é obrigatório o preenchimento do boletim de controlo, modelo próprio que faz parte do presente Regulamento em anexo 2, tendo o mesmo de conter a assinatura do avaliado, de quem o realiza e de quem o presencia.
2. O boletim de controlo é entregue no Departamento de Recursos Humanos, sendo os dados constantes do mesmo protegidos nos termos previstos na Lei de Proteção de Dados Pessoais.

**Artigo 8.º**


**Resultados do Teste**

1. Realizado o teste, o trabalhador será imediatamente informado do resultado do mesmo.
2. O resultado obtido será confidencial, estando todos os intervenientes no ato obrigados ao dever de sigilo.

**Artigo 9.º**

**Direito a Contraprova**

1. Sempre que da aplicação do teste resultar uma taxa igual ou superior a 0,5 g/l, o trabalhador tem o direito a requerer que lhe seja feita contraprova por análise de sangue ou de urina, no prazo máximo de 60 minutos.
2. A contraprova é efetuada em instituição hospitalar ou em laboratório credenciado.
3. A contraprova é realizada perante declaração do trabalhador nesse sentido, prestada nos termos do anexo 3 que integra este regulamento.

 <b>BRAGA</b>	<b>REGULAMENTO INTERNO SOBRE A PREVENÇÃO DO CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS</b>		<b>Regulamento Interno</b>
	Ed. /Revisão:		
	Data:		

4. Para efeitos do disposto nos números anteriores, a pessoa que aplica o teste acompanhará o trabalhador ao local onde a colheita possa ser efetuada, assegurando o seu transporte, quando necessário.

5. As despesas resultantes da contraprova ficarão por conta do requerente, salvo se o resultado for negativo, caso em que ficarão por conta do Município.

#### **Artigo 10.º**

##### **Das Consequências**


1. Sempre que o resultado da avaliação seja igual ou superior a 0,5g/l, caberá ao médico do Trabalho/serviço de medicina no trabalho, determinar se o trabalhador está ou não apto para o exercício das suas funções.

2. O responsável médico elaborará ficha de aptidão que será remetida ao Departamento de Recursos Humanos e entregue cópia ao respetivo trabalhador.

3. Caso o trabalhador seja considerado pelo responsável médico “não apto”, o Departamento de Recursos Humanos determinará o seu afastamento imediato do local de trabalho.

4. Nos termos do disposto no número anterior, será considerada ausência injustificada ao serviço o período ainda não cumprido pelo trabalhador do seu horário de trabalho desse dia, com a consequente perda da remuneração referente a tal período.

5. Nos casos em que o trabalhador exerça as suas funções fardado ou com qualquer dístico do Município, deve imediatamente desfardar-se ou retirar o dístico.

 <b>BRAGA</b> Município	Regulamento Interno	
	Ed. /Revisão:	
	Data:	

## CAPÍTULO IV RESPONSABILIDADE DISCIPLINAR


### Artigo 11.º Responsabilidade Disciplinar

1. O desrespeito pelo disposto no presente Regulamento implica responsabilidade disciplinar do trabalhador, nos termos previstos na LTFP.
2. Em especial, presume-se violação do dever de obediência, a recusa:
  - a) Em realizar os testes referidos no capítulo III do presente Regulamento;
  - b) De assinatura do boletim de controlo previsto no artigo 8.º do presente Regulamento;
  - c) Do dever de sigilo, previsto no artigo 9.º n.º2;
3. Constitui ainda infração disciplinar o comportamento do(s) superior(es) hierárquico(s) do trabalhador que, tomando conhecimento de que este se encontra a exercer funções em manifesto estado de etilização, permita que a prestação de trabalho prossiga e não o encaminhe para determinação da TAS.
4. Os factos referidos no número anterior, bem como quaisquer outros suscetíveis de responsabilidade disciplinar serão comunicados aos superiores hierárquicos, para efeitos de decisão quanto à instauração de processo disciplinar.

## CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

### Art.º 12 Campanhas Preventivas

Para aplicação do disposto no presente Regulamento, a Câmara Municipal de Braga promoverá ações e campanhas de informação e sensibilização tendo em vista a prevenção e diminuição de dependências e consequências negativas do consumo excessivo de álcool em meio laboral.

 <b>BRAGA</b>	<b>REGULAMENTO INTERNO SOBRE A PREVENÇÃO DO CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS</b>		<b>Regulamento Interno</b>
	Ed. /Revisão:		
	Data:		

### **Artigo 13.º**

#### **Reavaliação**

O presente Regulamento será objeto de reavaliação no que respeita ao processo e consequências nele previstas, no final do primeiro ano de vigência, podendo vir a ser revisto no que se julgue pertinente.

### **Artigo 14.º**

#### **Entrada em Vigor**

O presente regulamento entra em vigor 60 dias após a sua aprovação pela Câmara Municipal de Braga.

## ANEXO 1

### IDENTIFICAÇÃO DOS COLABORADORES PREVISTOS NAS ALÍNEAS A) e B) DO N.º 1 DO ARTIGO 5.º DO REGULAMENTO INTERNO SOBRE A PREVENÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS

Identificação dos colaboradores	Breve descrição das funções desempenhadas
Motoristas e condutores de máquinas e veículos especiais	Circulam pela cidade em viaturas municipais conduzidas pelos próprios.
Colaboradores em regime de autocondução	Circulam pela cidade em viaturas municipais conduzidas pelos próprios.
Bombeiros Sapadores	Circulam pela cidade em viaturas municipais conduzidas pelos próprios; Manuseiam equipamentos como gruas, escadas, etc.; Procedem ao salvamento e desencarceramento de vítimas de acidente; Procedem à extinção de incêndios; Entre outras atividades de risco elevado.
Auxiliar de serviços gerais de limpeza	Manuseiam cargas; Contactam diretamente com os munícipes;
Cantoneiros de arruamentos	Circulam pela cidade em viaturas municipais conduzidas pelos próprios; Manuseiam equipamento como martelos pneumáticos, cinzéis, gruas, betoneiras, máquinas manuais; Contactam com os munícipes.
Jardineiros	Utilizam equipamento de risco, como todo o tipo de tesouras de poda, máquinas de cortar relva, motosserras, moto roçadoras, etc.; Realizam trabalhos em altura, designadamente podas de topo de árvores ou noutros locais inacessíveis, utilizando escadas, gruas ou cordas para se içarem; Contactam diretamente com os munícipes;
Coveiros	Conduzem maquinaria pesada, como tratores; Utilizam instrumentos de risco, como pás e sacholas; Manuseiam cargas, abrem covas; Contactam com os munícipes;
Fiscais Encarregados Técnicos superiores Assistente técnico	Circulam pela cidade em viaturas municipais conduzidas pelos próprios; Manuseiam cargas e equipamento manual; Contactam diretamente com munícipes e empresas.

<p>Calceteiros Pedreiros Asfaltadores Canteiro Trolha Tratorista Canalizador</p>	<p>Circulam pela cidade em viaturas municipais conduzidas pelos próprios; Manuseiam cargas e equipamento manual; Utilizam instrumentos de risco; Contactam diretamente com munícipes</p>
<p>Mecânico Carpinteiro Serralheiro Pintor</p>	<p>Circulam pela cidade em viaturas municipais conduzidas pelos próprios; Utilizam equipamentos e instrumentos de risco; Manuseiam cargas e equipamento manual; Contactam diretamente com munícipes</p>
<p>Assistente de ação educativa</p>	<p>Manuseiam cargas e equipamento manual; Contactam diretamente com munícipes</p>
<p>Nadador salvador</p>	<p>Manuseiam cargas e equipamento manual; Contactam diretamente com munícipes</p>
<p>Eletricista</p>	<p>Circulam pela cidade em viaturas municipais conduzidas pelos próprios; Utilizam equipamentos e instrumentos de risco; Manuseiam cargas e equipamento manual; Contactam diretamente com munícipes.</p>
<p>Arqueólogo</p>	<p>Circulam pela cidade em viaturas municipais conduzidas pelos próprios; Manuseiam cargas e equipamento manual; Contactam diretamente com munícipes.</p>
<p>Policias</p>	<p>Circulam pela cidade em viaturas municipais conduzidas pelos próprios; Introduzem bloqueadores nas viaturas; Manuseiam cargas e equipamento manual; Contactam diretamente com munícipes e empresas; Intervêm em assaltos e acidentes; Entre outras atividades de risco elevado.</p>

## ANEXO 2

### Boletim de Controlo

Nome: \_\_\_\_\_

Carreira: \_\_\_\_\_

Área Funcional: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Hora: \_\_\_\_:\_\_\_\_

Método: \_\_\_\_\_

RESULTADOS
<b>Deteção de Taxa de Álcool no Sangue</b>
TAS _____
Positivo (0,5G/l)
Negativo
<b>Repetição de Testes</b>
TAS _____
Positivo (0,5G/l)
Negativo
<b>Contraprova</b>
Não
Sim
Resultado
Efetuada em ____/____/____ por _____
Resultado _____
Elemento que realiza o teste: _____
Trabalhador(a): _____

### **ANEXO 3**

(A que se refere o n.º 3 do artigo 9.º deste Regulamento)

#### **Declaração**

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (carreira/categoria)  
trabalhador (a) da \_\_\_\_\_ (unidade orgânica), número  
mecanográfico \_\_\_\_\_, vem ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 9.º do Regulamento  
Interno sobre a Prevenção e Controlo do Consumo de Bebidas Alcoólicas, em vigor na Câmara  
Municipal de Braga, declarar que pretende realizar contraprova para determinação de consumo  
de álcool após sujeição aos respetivos testes e não concordância com o resultado dos mesmos.

Mais declara ter conhecimento das condições de realização da contraprova, bem como de que,  
caso esta confirme o resultado inicial, os respetivos encargos serão integralmente suportados por  
si, sendo o correspondente débito descontado ao signatário no vencimento do mês imediatamente  
seguinte.

Braga, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

O(A) Trabalhador(a)

\_\_\_\_\_

(A que se refere o n.º 3 do artigo 5.º deste Regulamento)

## Notificação

O Departamento de Recursos Humanos, de acordo com Regulamento Interno sobre a Prevenção e Controlo do Consumo de Bebidas Alcoólicas, em vigor na Câmara Municipal de Braga, vem notificar o trabalhador \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (carreira/categoria) da \_\_\_\_\_ (unidade orgânica), número mecanográfico \_\_\_\_\_ que, ao abrigo do n.º 3 art.º 5.º, irá ser sujeito à realização de testes para determinação da Taxa de Álcool no Sangue.

Braga, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

O(A) Diretor(a) do DRH

---



N/Ref. 02.02  
Proc. n.º 20553 / 2017  
Of. n.º 39478  
Data: 2017-12-21

***Assunto: Notificação de controlo de consumo de substâncias psicoativas (álcool e drogas)***

Com referência ao assunto em epígrafe, ficam V. Exas. notificados de todo o conteúdo da decisão desta CNPD n.º 14202/ 2017 proferido em 21-12-2017, cuja cópia se anexa.

Com os melhores cumprimentos.

A Secretária da CNPD

(Isabel Cristina Cruz)



**Processo n.º 20553/ 2017**

**AUTORIZAÇÃO N.º 14202/ 2017**

Município de Braga notificou um tratamento de dados pessoais com a finalidade de medicina preventiva no âmbito do controlo do consumo de substâncias psicoativas.

Foi declarado:

- Ser objeto de controlo o consumo de álcool ;
- Que adota regulamento interno relativo ao controlo de consumo de substâncias psicoativas, o qual está em conformidade com a Deliberação da Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd) n.º 890/2010<sup>1</sup>;
- Que não existe comissão de trabalhadores.

A CNPD, na Deliberação n.º 890/2010, de 15 de novembro, pronunciou-se sobre os princípios orientadores e regras a que devem obedecer os tratamentos de dados pessoais com a finalidade acima referida. Decorrem desses princípios e das normas jurídicas enunciadas, em especial da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, alterada pela Lei n.º 103/2015, de 24 de agosto (Lei da Protecção de Dados - LPD), os seguintes limites gerais aplicáveis:

- Os procedimentos de controlo devem ser sempre efetuados pelos serviços de medicina no trabalho, por profissionais de saúde sujeitos a sigilo (cf. artigo 107º da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro);
- A informação de saúde, na qual se incluem os resultados dos testes, em caso algum poderá ser comunicada ao empregador, apenas podendo ser dado conhecimento do estado de aptidão do trabalhador através de ficha com a menção de “apto” ou “não apto” (cf. n.º 3 do artigo 19º do Código do Trabalho);
- As fichas de aptidão – e apenas estas, não os resultados dos testes – podem ser utilizadas para efeitos de prova em procedimento disciplinar cuja fundamentação assente nas causas tipificadas, consoante o caso, na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas ou no Código do Trabalho; o consumo em si não constitui infração disciplinar mas apenas e tão só o comportamento que dele eventualmente decorra;
- Não é a constatação de uma qualquer taxa de alcoolemia que pode determinar se o trabalhador está apto ou inapto para o trabalho; tal afirmação apenas pode ser feita pelo médico do trabalho em função da observação do trabalhador e com base em critérios clínicos;
- O fundamento de legitimidade é o interesse público importante subjacente ao tratamento de dados, consubstanciado na prevenção do perigo para a integridade física do próprio ou de terceiros. Assim, o âmbito de aplicação deve ser restrito a trabalhadores de categorias profissionais cuja atividade possa pôr em perigo a sua integridade física ou a de terceiros e, em qualquer momento, aos trabalhadores que o solicitem;
- Não podem decorrer encargos financeiros para o trabalhador em resultado da execução de medidas de controlo de substâncias psicoativas no local de trabalho ou de eventual contraprova (cf. n.º 12 do artigo 15º da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro);
- A entidade responsável pelo tratamento tem o dever de notificar à CNPD eventuais alterações futuras quanto às entidades subcontratantes em sede de medicina no trabalho;
- Os testes e exames médicos realizados no âmbito dos controlos de alcoolemia constituem dados de saúde dos trabalhadores e a respetiva guarda e conservação estão sujeitas às medidas especiais de segurança previstas no artigo 15º da LPD.

<sup>1</sup> Disponível em [http://www.cnpd.pt/bin/orientacoes/20\\_890\\_2010.pdf](http://www.cnpd.pt/bin/orientacoes/20_890_2010.pdf)



Assim, com os limites fixados e com os fundamentos constantes na Deliberação n.º 890/2010, autoriza-se o tratamento notificado ao abrigo do disposto nos artigos 7.º, n.º 2, 28.º n.º 1, alínea a), 29.º e 30.º, n.º 1.º da LPD, nos seguintes termos:

<b>Responsável</b>	Município de Braga
<b>Finalidade</b>	Medicina preventiva no âmbito do controlo de: Alcoolemia
<b>Categoria de dados pessoais tratados</b>	- Dados de identificação do utilizador; - Dados relacionados com o controlo de consumo (resultados dos exames, plano terapêutico, substâncias alvo de controlo, circunstâncias da aplicação dos testes, dados de identificação dos profissionais de saúde envolvidos na deteção, frequência do controlo e respetiva fundamentação, data de realização do controlo e eventuais resultados de contraprova por organismo credenciado); - Procedimentos adotados no caso de inaptidão;
<b>Forma de exercício do direito de acesso</b>	O direito de acesso é exercido junto do médico do serviço de medicina no trabalho, por intermédio de médico escolhido pelo titular dos dados e mediante solicitação ao responsável no seguinte endereço/contacto: -
<b>Comunicação de Dados</b>	Não há
<b>Interconexões</b>	Não há
<b>Fluxo transfronteiriço para países terceiros</b>	Não há
<b>Conservação dos dados</b>	Um ano após a realização dos testes e eventual contraprova. Na pendência de processo judicial a informação pode ser conservada até ao trânsito em julgado da decisão.

Deve ser cumprida a obrigação de informação prévia aos trabalhadores, em conformidade com o artigo 10.º da Lei de Proteção de Dados, sendo-lhes também dado conhecimento do regulamento interno da empresa sobre a realização do controlo do consumo de substâncias psicoativas, sendo clara a finalidade dos exames médicos e a possibilidade de realização de contraprova sem custos para o trabalhador.

Devem ser adotadas as medidas de segurança previstas no artigo 15.º da LPD, e as indicadas na Deliberação n.º 890/2010.

Lisboa, 21-12-2017

A presidente

Filipa Calvão